

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS  
CAMPUS IV – CHAPADINHA – MA  
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

**MARCELINA DUDIELMA DO NASCIMENTO XAVIER**

**A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO FACILITADORA DO DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL E ECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA: um estudo sobre  
o Programa Bolsa Família.**

Chapadinha\MA  
2018

**MARCELINA DUDIELMA DO NASCIMENTO XAVIER**

**A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO FACILITADORA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA:** um estudo sobre o Programa Bolsa Família.

Monografia apresentada ao colegiado do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Agrárias e Ambientais como requisito básico para obtenção do título de Licenciatura e Bacharel em Ciências Biológicas.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Gonçalves da Silva.

Chapadinha\Ma

2018

**MARCELINA DUDIELMA DO NASCIMENTO XAVIER**

**A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO FACILITADORA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA:** um estudo sobre o Programa Bolsa Família

Esta monografia foi apresentada ao curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Maranhão-UFMA como requisito para obtenção do título de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas.

APROVADO EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profº. Dr. Cláudio Gonçalves da Silva (Orientador)**

Doutor em Entomologia Agrícola  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Profº. Mabson de Jesus Gomes dos Santos**

Mestre em Educação Especial  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Thalia Soares Cardozo**

Graduada em Ciências Biológicas  
Universidade Federal do Maranhão

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

do Nascimento Xavier, Marcelina Dudielma.  
Administração Pública como facilitadora do  
desenvolvimentos Social e econômico no município de  
Chapadinha : Um estudo sobre o programa Bolsa Família /  
Marcelina Dudielma do Nascimento Xavier. - 2018.  
35 f.

Orientador(a): Cláudio Gonçalves da Silva.  
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Biológicas,  
Universidade Federal do Maranhão, Sala D206, 2018.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Economia. 3.  
Programas Sociais. I. Gonçalves da Silva, Cláudio. II.  
Título.

**DEDICO:**

A Deus, minha família, e aos meus  
amigos pelo apoio de sempre.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me dado saúde, força e coragem para superar as diversas barreiras que encontrei nessa caminhada.

Ao me orientador Prof. Dr. Cláudio Gonçalves da Silva por todo apoio e suporte para realizar esse trabalho.

Aos meus amigos em especial a Irislanny Cruz e Thalia Cardozo pela ajuda companheirismo e motivação para a concretização deste projeto, a minha amiga Izabel Cristina dos Santos que mesmo longe não deixou de me motivar e me apoiar sempre.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, obrigada.

## RESUMO

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma política social de transferência de renda, que beneficia milhares de famílias que vivem na pobreza sendo considerado o programa de maior sucesso, em função de beneficiar uma grande demanda de famílias. O objetivo deste presente trabalho é analisar a contribuição do PBF sobre o desenvolvimento econômico e social no município de Chapadinha-MA. A pesquisa foi realizada no município de Chapadinha-Ma os dados foram coletados a partir de documentos oficiais fornecidos pela prefeitura, para análises das políticas dos programas, projetos, planos do planejamento municipal. O PBF apesar de ser um dos programas mais conhecidos e de maior sucesso, o mesmo não resolve todos os problemas sozinho, é necessário à criação de novos projetos, ações e programas que auxiliem na diminuição do índice de pobreza que afetam não somente famílias Chapadinhenses, mas as demais famílias brasileiras.

**Palavras-chave:** Programas Sociais. Economia. Desenvolvimento Econômico.

## **ABSTRAT**

The Family Bang program and the social policy of income transfer that benefits thousands of families living in poverty is considered the most successful program, due to. The objective of this present work is to analyze the contribution of PBF on economic and social development in the Municipality of Chapadinha MA. The research was conducted in the municipality of Chapadinha Ma the data were collected from official documents provided by the city hall, for the analysis of the policies of the programs, projects, municipal planning plans, the information acquired will be included in tables for a better comparison. The PBF, despite being one of the best known and most successful programs, does not solve all the problems alone, and it is necessary to create new projects, actions and programs that help reduce the poverty rate that affect not only Chapadinhenses families, but the other families.

**Keywords:** Social Programs. Economy. Economic development

## FIGURAS

<b>Figuras 1 - Mapa do Município de Chapadinha-MA.....</b>	<b>15</b>
--	-----------

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Quantidade de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família (PBF) e a renda per capita mensal.....	21
<b>Tabela 2</b> - Famílias com cadastros atualizados no programa.....	21
<b>Tabela 3</b> - Quantidade por tipo de benefícios.....	21
<b>Tabela 4</b> - Quantidade por grupo de origem étnica.....	22
<b>Tabela 5</b> - Quantidade por grupos relacionados ao meio rural .....	22
<b>Tabela 6</b> - Quantidade por grupos relacionados ao meio rural.....	23
<b>Tabela 7</b> - Quantitativo por grupos em situações conjunturais.....	23
<b>Tabela 8</b> - Efeitos por descumprimento de condicionalidades .....	24

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>143</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>209</b>
<b>3.1</b>	<b>Local da pesquisa .....</b>	<b>209</b>
<b>3.2</b>	<b>Tipo de Pesquisa.....</b>	<b>19</b>
<b>3.3</b>	<b>Coleta e Análise dos dados.....</b>	<b>20</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>4.1</b>	<b>Programas Sociais Implantados/ Implementados no Município de Chapadinha.....</b>	<b>20</b>
<b>4.2</b>	<b>Programa Bolsa Família em Chapadinha .....</b>	<b>21</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>332</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>343</b>

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com Costa (2014) é no município que ocorre a verdadeira relação entre a sociedade e o poder político, a municipalidade é à base da organização política democrática, assim a proximidade entre o ente administrativo e o administrado torna as necessidades de ambos mais claras e definida, ocorrendo uma maior possibilidade de acertos em sua execução.

Tavares (2009) defende a ideia de que o sucesso de um programa social em promover mudanças nas condições socioeconômicas dos beneficiários depende do seu grau de focalização. De maneira geral, a gestão do Programa Bolsa Família é bem avaliada o que comprova sua importância para a melhoria dos indicadores sociais brasileiros nos últimos anos.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social MDS (2016) buscando uma solução que garanta direitos às pessoas que se apresentavam socialmente vulneráveis a pobreza extrema e a violência, o Governo Federal apresentou no final do ano de 2003 o Programa Bolsa Família (PBF). De acordo com a Lei nº 10.836 de 09 de Janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209 de 17 de Setembro de 2004, o PBF é uma política social de transferência de renda que tem efeito importante na redução da fome, pobreza e desnutrição infantil, reduzindo a desigualdade social, pois através do acesso a renda os beneficiários possui mais autonomia, poder de compra, melhorando significativamente a sua qualidade de vida, pois estabelece condicionalidades para a manutenção do benefício às famílias.

O Bolsa Família atua no auxílio das necessidades materiais imediatas, transferindo renda de acordo com as diferentes características de cada favorecido. Mais que isto, no entendimento de que a pobreza não reflete apenas a carência do acesso à renda monetária, o PBF apoia o desenvolvimento das capacidades de seus beneficiários por meio do reforço ao acesso a serviços de saúde, educação e assistência social (CAMPELLO & NERI, 2010).

Conforme pesquisas realizadas pelo IPEA 2006, as transferências públicas de renda que incluem aposentadorias, pensões e programas sociais como o Programa Bolsa Família, são responsáveis por cerca de um terço da redução da desigualdade de renda nos últimos anos. Para Milanez e Silva (2016) o PBF suscita impacto positivo na economia de um município, pois o mesmo atua ampliando e incentivando a produção local.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social MDS(2018) dos mais de quase 13,2 milhões de estudantes cuja frequência escolar foi acompanhada, 95,8% cumpriram as metas que integram o Programa Bolsa Família, tiveram a frequência escolar registrada pelo governo federal a cada bimestre, de 85% (crianças e jovens de 6 a 15 anos) e de 75% (jovens de 16 e 17 anos).

De acordo com Cohn & Fonseca (2004) as condicionalidades são idealizadas como um contrato entre as partes, para que as famílias invistam naquilo que permitirá o desenvolvimento de suas capacidades para que possam, com a presença de políticas governamentais de natureza mais estrutural, dispor de condições mínimas necessárias para garantir para si a possibilidade de um processo de inclusão social sustentável.

Este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição do programa bolsa família sobre o desenvolvimento econômico e social no município de Chapadinha-Ma.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os programas assistenciais de distribuição de renda são aqueles no qual o beneficiário recebe um determinado valor sem que o mesmo já tenha contribuído pra financia-lo, geralmente ocorre um cadastro onde é realizado um questionamento que possibilite avaliar de forma eficiente a situação social de uma determinada família (SOUZA, 2011). São programas constituídos por um conjunto de singularidades sociais, com objetivo de promover o desenvolvimento humano, tornando todos os participantes do programa capacitados perante a sociedade, oferecendo suporte aos beneficiários dos programas, dando prioridade a saúde e educação (CACCIAMALI et al., 2010).

Geralmente os programas voltados para a transferência de renda podem ser considerados em dois tipos: Renda básica de cidadania que é tida como a transferência regular de dinheiro pelo Estado, contemplando as famílias, sem restrição social ou econômica, outro programa de transferência é a renda mínima garantida, que tem como foco principal contemplar somente as populações pobres, um exemplo da renda mínima mais conhecida é o Programa Bolsa Família (PBF) (VANDERBORGHT & PARIJS, 2006).

O PBF foi criado em 2003, instituído pela lei nº 10.836/2004 e regulamentada pelo decreto nº 5.209/2004, no entanto foi posto em pratica somente em 2004, com o intuito de unir as ações de transferência de renda de outros programas existentes como, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Fome Zero, garantido a segurança alimentar, saúde adequada e auxílio a permanência de crianças e adolescentes no âmbito escolar (TAVARES, 2010).

O PBF beneficia em torno de 13 milhões de famílias no Brasil, contribuindo para uma condição de vida favorável, atendendo critérios específicos relacionados à saúde e educação em relação às famílias vinculadas ao programa (TESTA et al., 2013). Beneficia cerca de 50% das famílias, atendendo 70% nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, os locais que contém o maior número de beneficiários chegando a 69,1% são os municípios nordestinos (TAVARES, 2010).

Foi criado com objetivo principal de garantir o direito e a permanência de todas as crianças na escola, com uma educação digna e de qualidade, contribuindo

assim para a diminuição da irradiação de crianças e adolescentes da escola, rompendo com a pobreza (KILL, 2014).

O PBF é o protagonista do plano Brasil sem miséria e possui três dimensões: inclusão produtiva garantia de renda e acesso a serviços, devido a sua eficiência por atender uma grande demanda de famílias carentes é considerada como o carro-chefe da política social brasileira, sendo viável a populações de baixa renda, sua reponsabilidade é dividida por diferentes esferas do governo, consiste como um indicador relevante e significativo (ARAÚJO et al., 2015). O PBF é vinculado ao programa Fome Zero, que tem como objetivo garantir uma alimentação de qualidade, ajudando a população que sofre com a fome, por não possui uma condição financeira adequada e de qualidade (SILVA & JESUS, 2012).

De acordo com Nascimento (2015) o PBF surgiu com a necessidade de reduzir a desigualdade social, diminuindo o ciclo da pobreza, conforme o decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004 em seu artigo 4º os objetivos básicos e centrais são:

- Auxiliar na ampliação do acesso à saúde de serviços público, principalmente a saúde, educação e assistência social;
- Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- Promover a emancipação das famílias que vivem em situação de pobreza;
- Combater a pobreza
- Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do poder público.

O PBF funciona basicamente da seguinte forma: o governo federal é responsável por coordenar, financiar a gestão e pagar os benefícios exclusivamente a famílias, o governo estadual por sua vez apoia os municípios de forma técnica e o mesmo executa o programa através do cadastro dos beneficiários (LICIO et al., 2009).

Moura ressalta (2007) que existem diversas críticas em relação ao programa, devido o mesmo ser considerado por muitos como uma forma de propaganda eleitoral, com isto contestam a eficiência do programa, colocando em dúvida do funcionamento correto do programa, contestando que existe a

possibilidade que existem famílias que recebem o benefício sem se adequarem nos critérios do programa.

O controle social do PBF em âmbito local é de responsabilidade do município ou por um grupo já existente, grupo este que deve ser constituído por representantes dos beneficiários, por pessoas que representam a área da educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional da criança e adolescente (SENNA et al., 2007). O município também é responsável pela verificação das famílias em relação ao PBF, a fim de constatar se realmente elas estão cumprindo com os critérios do programa, segundo a Lei nº 100.836 para receber o benefício as famílias devem matricular seus filhos nas escolas, e no caso da saúde faz-se necessário fazer exames pré-natal, acompanhamento nutricional e vacinação em dia, através dessas exigências o PBF auxilia na diminuição de fatores que afetam o Brasil de forma negativa (SOARES & SATYRO, 2009).

Três áreas que se diferem em níveis federativos monitoram as contrapartidas do PBF sendo eles: O Ministério da Educação (MEC) responsável pela contrapartida da educação, ou seja, assuntos que são relacionados a área da educação, como é o caso da frequência escolar dos alunos, o Ministério da Saúde (MS) responsável pelos assuntos da saúde como vacinação em dia e acompanhamento médico das gestantes e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) que juntamente com a secretaria municipal de educação são responsáveis pelas cobranças aos beneficiários.

O estado e o município trabalham em parceria, garantido a fiscalização, execução e ampliação do programa de forma justa e igualitária, beneficiando as famílias que não tem condições adequadas para superar o estado de vulnerabilidade (SILVA & JESUS, 2012).

Para que uma família adquira o auxílio da bolsa família é necessário se adequarem a algumas condições, dentre elas que os filhos frequentem uma escola, onde a frequência no final do ano deva ser de 85% para crianças e adolescentes que possuem a idade entre 6 e 15 anos e para os de faixa etária de 16 e 17 anos a frequência mínima considerável é de 75% (NASCIMENTO, 2015). A função de acompanhar a frequência dos alunos na escola é de responsabilidade do MEC, para que faça cumprir uma das principais condições da bolsa família, combater a falta escolar e promover a progressão escolar de crianças e adolescentes em que se

encontram em estado de vulnerabilidade (CORRÊIA, 2008). Com relação à saúde o PBF propõe que as gestantes, nutrizes e crianças que possuem de 0 a 6 anos, sejam mantidas o esquema de vacinação em dia, que participem das consultas de pré e pós-natal, caso ocorra o descumprimento de alguns dos critérios o beneficiário será desvinculado do programa (SENNÁ et al., 2007).

O tempo de permanência do beneficiário no programa não é determinado, caso algum beneficiário não cumpra os critérios adotados ele perde o benefício sendo automaticamente desvinculado. A legislação do programa (Portaria Interministerial 551 de 9 de Novembro de 2005) determina os motivos de desligamento das famílias, constando o descumprimento das condições estipuladas pelo programa (MONNERAT et al., 2007).

O PBF foi criado para minimizar a pobreza no Brasil, com uma estratégia de inclusão social visando o desenvolvimento econômico do país, tornou-se o programa de maior sucesso, pois contribui na melhoria das condições nas quais a maioria das famílias se encontram, no início o programa tinha diversos desafios dentre eles o de reunir os programas de transferência de renda que já existiam e consolidar o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), obtendo informações de dados através do Bolsa Família (BF) (CAMPELLO et al., 2013).

O CadÚnico é a ferramenta que possibilita o acesso de informações dos beneficiários, não somente do PBF como dos demais programas existentes, é através dele que se tem acesso ao censo da população pobre do país. É tarefa dos municípios cadastrar as famílias que queiram adquirir o benefício, o cadastro é feito através de questionários-padrão (SOARES & SÁTYRO, 2009). Os questionamentos são relacionados a fatores como vulnerabilidade, composição demográfica, quantidade de pessoas que residem na casa, presença de gestante na residência, presença de pessoas com necessidades especiais, mercado de trabalho (participação no mercado de trabalho, rendimento do trabalho, formalização), disponibilidade de recursos (rendimento e despesas familiar per capita), bem estar infantil (trabalho infantil, frequência e progressão escolar) e condições habitacionais (acesso a água e energia elétrica), através das respostas adquiridas é possível criar um programa democrático, que abranja as famílias que realmente necessitam de ajuda (SOUZA, 2011).

Apesar de o PBF tornar-se o programa de maior sucesso e eficiência, no seu início ele passou por graves problemas, vários questionamentos duvidosos acerca do programa foram colocados em debates a fim de acabar com a credibilidade do mesmo, com isso ocorreu algumas denúncias a respeito de pessoas que estavam incluídas no programas porém não precisavam do benefício e não se adequavam aos critérios exigidos, como renda mínima e condições financeiras elevadas (BRITO & SOARES, 2010).

De um modo mais abrangente é inegável a importância dos programas de transferência de renda para sociedade, devido seu foco ser nos mais necessitados, causando assim um impacto em um dos fatores que mais afeta o Brasil, através de uma simples transferência de renda, pois ajudam na redução da pobreza (SOUZA, 2011).

A pobreza é destacada como a falta de oportunidades ou fatores que são fundamentais para o cotidiano, que na maioria das vezes limitam um determinado sujeito de buscar novas oportunidades para uma vida mais favorável (SEN, 2000). A pobreza é marcada pela falta de alguns condicionantes essenciais para o bem estar da vida, como acesso a saúde, educação, moradia de qualidade, segurança e alimentação, as precariedades que levam a pobreza são observadas diariamente na sociedade e privam algumas famílias a ter uma vida digna e mais favorável para o seu bem estar (TESTA et al., 2013).

O Brasil possui diversos problemas que influenciam de forma negativa a sua população, cabe ressaltar que todos estes problemas não podem ser resolvidos somente com os programas de renda, não se pode esperar que um programa mesmo sendo eficiente e contemple várias famílias consiga resolver de forma ampla as dificuldades encontradas no país (COTTA et al., 2007). Os programas governamentais são considerados como uma solução que pode ajudar a solucionar ou amenizar os problemas, além de ser uma saída que auxilia no combate do ciclo da pobreza (SENNÁ et al., 2007).

O PBF sozinho não tira totalmente as famílias da pobreza, pois muito ainda se tem a fazer para que esta situação mude, o auxílio ajuda sim e muito as famílias beneficiárias, amenizando algumas dificuldades, mas não resolve todos eles, pois mesmo com o benefício ainda existem casos de famílias que não são

capazes de mantêm uma vida de qualidade, serem autônomas e superar as dificuldades do cotidiano (KILL, 2014).

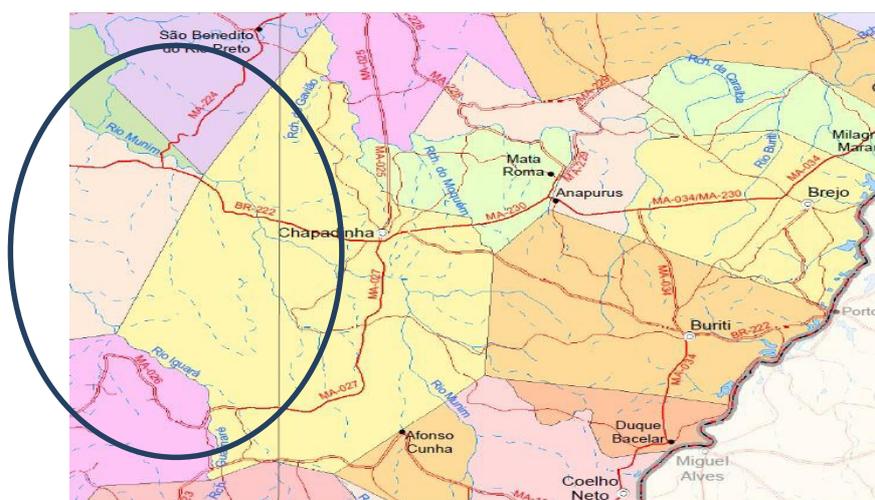
O PBF é muito importante para o desenvolvimento econômico e social do País, pois é uma maneira eficiente de incentivo para permanência das crianças e adolescentes na escola, considerando que muitos são obrigados a abandonar a escola para ajudar seus pais, com isso impedido o acesso à escola, tornando-os futuramente mal qualificados e despreparados para o mercado de trabalho, assim tornando-os sujeitos despreparados e vulneráveis em relação à educação que é um direito de todos (FAHET et al., 2012).

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Local da pesquisa

O estudo foi realizado no município de Chapadinha Maranhão, localizada na região do Baixo Parnaíba a 250 quilômetros da capital maranhense São Luís, com área territorial de 3.247.383km<sup>2</sup>. Os limites territoriais fazem divisas com os municípios de Vargem Grande, Anapurus e São Benedito do Rio Preto, conforme demonstrado na Figura 1 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE,2010)

**Figura 1 - Mapa do município de Chapadinha**



**Figura 1 - Mapa do município de Chapadinha; Fonte: IBGE (2015)**

#### 3.2 Tipo de Pesquisa

O estudo é descrito como pesquisa aplicada em estudo de caso do município de Chapadinha-MA. De acordo com Gil (2000) a pesquisa aplicada pode ser caracterizada como forma de compreender a respeito de determinado assunto a partir de um caso concreto.

A partir dos objetivos, a pesquisa passa a ser considerada como descritiva, porque apresenta a pesquisa e os resultados adquiridos, confrontando os fundamentos teóricos com a realidade observada. Segundo Oliveira Netto (2006) a pesquisa descritiva consiste em estudo, análise, registro e interpretação dos fatos. De modo que a pesquisa e seus métodos compõem uma oportunidade de aprendizagem pela obtenção e troca de conhecimentos.

### **3.3 Coleta e Análise dos dados**

Os dados foram coletados a partir de documentos oficiais fornecidos pela prefeitura Municipal de Chapadinha. Assim foram analisadas as políticas, programas, projetos, planos do planejamento municipal. Tendo como base outras fontes como artigos científicos, livros, monografias, levando em consideração os indicadores socioeconômicos e informações relacionadas ao município. As informações coletadas foram a respeito do planejamento municipal e exibidas em forma de tabelas fazendo uma comparação do desenvolvimento social e econômico do Município de Chapadinha, mantendo como enfoque principal o Programa bolsa família e sua importância para o desenvolvimento social do município.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO**

### **4.1 Programas Sociais Implementados no Município de Chapadinha**

Quando se trabalha com políticas públicas, como as políticas sociais, o foco do trabalho é a comunidade e o indivíduo que atua nessa comunidade e a faz existir. O trabalho com pessoas, tanto na área social como na educacional, é criador de expectativas de mudanças e desenvolvimento, porém é muitas vezes obscuro, partindo do ponto que não se conhece o indivíduo assistido. Sendo assim, é difícil perceber muitas vezes as vantagens ou desvantagens de um programa como o Bolsa Família, pois atende pessoas necessitadas, que dependem daquela renda para viverem, mas também atende a pessoas desocupadas, que sempre querem sair ganhando e encontram no benefício uma maneira de “lucrar”, nem que seja com R\$22,00 por mês. O que é percebido no PBF é de que existe uma acomodação por parte do beneficiário na busca de um emprego formal, visto que o fato de receber uma renda fixa pode desligá-lo do programa. Outra percepção que se tem do programa, está relacionada à educação, é quanto à condicionalidade ser apenas da frequência escolar, sem que haja um acompanhamento aprofundado da criança por parte da escola ou do próprio programa.

O valor que a família recebe por mês é a soma de vários tipos de benefícios previstos no Programa Bolsa Família. Os tipos e as quantidades de benefícios que cada família recebe dependem da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes, etc.) e da renda da família beneficiária.

O benefício básico atendem apenas as famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 77,00). Benefícios Variáveis, no valor de R\$ 35,00 cada um (até cinco por família): Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos. Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 154,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição. Os programas de renda incluído o Bolsa Família exigem frequência escolar das crianças e adolescentes. Outra categoria de benefício é o: Benefício Variável Vinculado à Gestante, este é pago às famílias com renda mensal de até R\$ 154,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição, para este benefício o pagamento corresponde a nove parcelas mensais, porém o benefício só é pago se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde.

Outro benefício extremamente importante, que contribui para a diminuição da mortalidade infantil é o Benefício Variável Vinculado à Nutriz, que deve ser pago às famílias com renda mensal de até R\$ 154,00 por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe. Nesse caso o pagamento de seis parcelas mensais. Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida.

Já no caso do **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente**, no valor de R\$ 48,00 (até dois por família), que é pago às famílias com renda mensal de até R\$ 154,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição, é exigida frequência escolar dos adolescentes.

Ainda existe também o Benefício para Superação da Extrema Pobreza, em valor calculado individualmente para cada família, que tem direito às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 89,00. O valor do benefício é calculado de acordo com a renda e quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 89,00 de renda por pessoa.

## **4.2 Programa Bolsa Família em Chapadinha**

O Programa atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, é utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares,

podem receber o benefício todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 77 mensais e também as famílias com renda por pessoa entre R\$ 77,01 e R\$ 154 mensais, desde que tenham, em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. O PBF paga até R\$ 390,00 dependendo da quantidade de residentes, R\$41,00 por criança máximo 5 crianças cadastradas, valor por jovem R\$ 48,00 máximo 2 jovens cadastrados, além de R\$ 89,00 que é o valor por família cadastrada em extrema pobreza.

Para se cadastrar as famílias devem entender que não existe um cadastro específico do Programa Bolsa Família, os municípios e o Distrito Federal são os responsáveis pelo cadastramento das famílias assim, as famílias interessadas devem ir ao setor do Bolsa Família e do Cadastro Único em sua cidade. Em muitos locais, o cadastramento também pode ser realizado nos Centros de Referência da Assistência Social, no município de Chapadinha-Ma o cadastro é realizado na Secretaria de Assistência Social (SEMAS). A inscrição no Cadastro Único não garante a entrada imediata no Bolsa Família, pois a seleção das famílias que serão beneficiadas pelo programa é feita por um sistema informatizado, a partir dos dados que elas informaram no Cadastro Único e das regras do programa.

A concessão do benefício depende de quantas famílias que já foram atendidas no município, em relação à estimativa de famílias pobres feita para essa localidade. Além disso, o governo federal precisa respeitar o limite orçamentário do programa.

As famílias selecionadas recebem um cartão de saque, o Cartão Bolsa Família, emitido pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) e enviado as residências pelos Correios.

O Bolsa Família possui mecanismos de controle para manter o foco nas famílias que vivem em condição de pobreza e de extrema pobreza, periodicamente saem famílias do programa, devido a atualização do cadastro, ou seja, algumas famílias não atualizam as informações cadastrais, talvez por falta de informação ou até mesmo descuido, ou porque melhoraram de renda, não se adequando mais ao perfil para receber o benefício. O descumprimento dos compromissos nas áreas de educação e de saúde também pode levar ao cancelamento do benefício. Mas isso é apenas em último caso, pois o objetivo das condicionalidades é reforçar os acessos das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

O programa também tem instrumentos para dar segurança aos (às) beneficiários (as). Quando a renda sobe para até meio salário mínimo por pessoa, as famílias podem ficar mais dois anos no Bolsa Família, desde que atualizem voluntariamente as informações no Cadastro Único, isso é denominado de regra de permanência. Existe a possibilidade das famílias saírem por conta própria, para que isso é necessário ir ao setor do Bolsa e do Cadastro Único no município e solicitar o desligamento voluntário, nesses casos, a família conta com o Retorno Garantido: num prazo de 36 meses após o desligamento e caso se enquadre novamente nos critérios do programa, poderá voltar a receber Bolsa Família sem passar por novo processo de seleção.

O Bolsa Família é um programa federal, mas, para que ele funcione efetivamente, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios precisam conjugar esforços, trabalhando de forma compartilhada. Assim, todos são corresponsáveis pela implementação do programa, criando bases de cooperação para o combate à pobreza e à exclusão social. A gestão do Bolsa Família é descentralizada, com competências específicas para cada ente da Federação, mas sempre articuladas. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem um instrumento que mede a qualidade da gestão em âmbito estadual e municipal, trata-se do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) e, com base nesses dados que os recursos são destinados para os municípios. Esta seção apresenta as atribuições dos três níveis de governo, outras informações sobre o IGD e também os assuntos mais pertinentes para quem atua nas gestões municipais e coordenações estaduais do programa.

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda, aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Município Chapadinha-Ma, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2015 era de 19.086 dentre as quais:

- 14.868 com renda per capita familiar de até R\$77,00;
- 977 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00;

- 1.641 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo;
- 1.600 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de março de 2016, 13.326 famílias, representando uma cobertura de 12,42 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 224,22 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 2.987.930,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de novembro de 2015, atingiu o percentual de 97,8%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 13.836 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 14.142. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 93,1%, resultando em 3.094 jovens acompanhados de um total de 3.324.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2015, atingiu 88,0 %, percentual equivale a 10.280 famílias de um total de 11.678 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

**Tabela 1:**Quantitativo de famílias cadastradas no Programa Bolsa Famílias (PBF) e a renda per capita mensal.

<b>Famílias cadastradas</b>		
<b>Total de famílias cadastradas</b>	<b>19.086</b>	<b>12/2015</b>
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 77,00	14.868	12/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 77,01 e 154,00	977	12/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 154,01 e ½ salário mínimo	1.641	12/2015
Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo	1.600	12/2015

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016)

De acordo com os resultados da Tabela 2, podem-se observar as famílias que estão com cadastro atualizado no Programa, entendendo a importância dessa atualização para a verificação das condicionalidades faz-se uma importante consideração: as famílias que não ficam atentas para o período do recadastramento podem perder o benefício.

**Tabela 2:** Observam-se as famílias que estão com cadastros atualizados no programa.

<b>Atualização cadastral</b>		
<b>Total de Famílias com cadastro atualizado</b>	12.996	12/2015
Famílias com cadastro atualizado e renda per capita até ½ salário mínimo	12.295	12/2015
Taxa de atualização do total de famílias cadastradas	0,68	12/2015
Taxa de atualização cadastral até ½ salário mínimo	0,70	12/2015

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016)

A atualização do cadastro é de extrema importância, pois é por meio dele que ocorre a verificação das condicionalidades, ressaltando que as famílias que não ficam atentas para o período do recadastramento podem perder o benefício.

**Tabela 3:** Quantitativo por tipo de benefícios

Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	13.326	03/2016
Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias (em Reais - R\$)	2.987.930,00	03/2016
<b>Quantitativo por Tipo de Benefícios</b>		
Benefício Básico	13.046	02/2016
Benefícios Variáveis	21.051	02/2016
Benefício Variável Jovem - BVJ	2.531	02/2016
Benefício Variável Nutriz - BVN	262	02/2016
Benefício Variável Gestante - BVG	408	02/2016
Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP	9.799	02/2016

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016)

Na Tabela 3, observa-se que a grande maioria dos benefícios (21.051) está na categoria dos benefícios variáveis, enquanto o Benefício Variável Nutriz apresenta um menor quantitativo de pessoas inscritas, somente 262.

**Tabela 4:** Quantitativo por grupos de origem étnica

<b>Grupos de Origem Étnica</b>		
<b>Famílias Quilombolas</b>		
Famílias quilombolas cadastradas	70	12/2015
Famílias quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família	60	12/2015
<b>Famílias Indígenas</b>		
Famílias indígenas cadastradas	0	12/2015
Famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	12/2015
<b>Famílias Ciganas</b>		
Total de famílias ciganas cadastradas	12	12/2015
Famílias ciganas beneficiárias do Programa Bolsa Família	11	12/2015
<b>Famílias pertencentes a Comunidades de Terreiro</b>		
Total de famílias pertencentes a comunidades de terreiro cadastradas	12	12/2015
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro beneficiárias do Programa Bolsa Família	9	12/2015

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016)

Levando em consideração que os benefícios buscam também a valorização dos grupos de origem étnica, pode-se verificar na Tabela 4, que atualmente 60 famílias de origem são beneficiárias do Programa, 11 famílias ciganas recebem valores do Programa, e 9 famílias pertencentes a comunidades de terreiro são beneficiárias. Porém, o fato de nenhuma família de origem indígena ser cadastrada ou beneficiada no município chama atenção, e demonstra a falta de programas mais específicos para o atendimento desses grupos.

**Tabela 5:** Quantitativo por grupos relacionados ao meio ambiente

<b>Grupos relacionados ao meio ambiente</b>		
<b>Famílias Extrativistas</b>		
Total de famílias extrativistas cadastradas	6	12/2015
Famílias extrativistas beneficiárias do Programa Bolsa Família	6	12/2015
<b>Famílias de Pescadores Artesanais</b>		
Total de famílias de pescadores artesanais cadastradas	4	12/2015

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016)

Fica evidenciada na Tabela 5 a falta de articulação de famílias para o cadastramento de famílias extrativistas e famílias de pescadores artesanais, por se reconhecer ainda que muitas famílias tem a sua renda baseada no extrativismo do coco babaçu e também na pesca. Cabe ressaltar ainda que no município encontra-se reserva extrativista Chapada Limpa. Outro fato que chama atenção é o de que somente uma família está cadastrada como família assentada da reforma agrária, apesar de existirem no município de Chapadinha vários assentamentos rurais, como por exemplo, o assentamento Barroca da Vaca que tem atualmente cerca de 70 famílias. Observa-se, a partir dos dados que esta falha pode estar relacionada ao processo de cadastro.

**Tabela 6:** Quantitativo por grupos relacionados ao meio Rural

<b>Grupos relacionados ao meio Rural</b>		
<b>Famílias de Agricultores Familiares</b>		
Total de famílias de agricultores familiares cadastradas	52	12/2015
Famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família	48	12/2015
<b>Famílias Assentadas da Reforma Agrária</b>		
Total de famílias assentadas da Reforma Agrária cadastradas	1	12/2015
Famílias Assentadas da Reforma Agrária e beneficiárias do Programa Bolsa Família	1	12/2015
<b>Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário</b>		
Total de famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário cadastradas	0	12/2015
Famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	12/2015
<b>Famílias Acampadas</b>		
Total de famílias acampadas cadastradas	0	12/2015
Famílias acampadas beneficiárias do Programa Bolsa Família	0	12/2015

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016)

**Tabela 7:** Quantitativo por grupos em situações conjunturais.

<b>Grupos em situações conjunturais</b>		
<b>Famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura</b>		
Total de famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura cadastradas	1	12/2015
Famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura beneficiárias do Programa Bolsa Família	1	12/2015
<b>Famílias com pessoa presa no sistema carcerário</b>		
Total de famílias de preso do sistema carcerário cadastradas	3	12/2015
Famílias de preso do sistema carcerário beneficiárias do Programa Bolsa Família	3	12/2015
<b>Famílias em situação de rua</b>		
Total de famílias em situação de rua cadastradas	1	12/2015
Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família	1	12/2015
<b>Famílias de Catadores de Material Reciclável</b>		
Total de famílias de catadores de material reciclável cadastradas	8	12/2015
Famílias de catadores de material reciclável beneficiárias do Programa Bolsa Família	8	12/2015
<b>Famílias em situação de trabalho infantil</b>		
Total de famílias em situação de trabalho infantil cadastradas		
Famílias em situação de trabalho infantil beneficiárias do Programa Bolsa Família		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016)

Outro aspecto relevante é que os grupos em situações mais desfavoráveis são os que apresentam menos cadastros, conforme demonstra a Tabela 7. O que evidencia um antagonismo com a proposta do Programa, que deve ser sanado pela gestão.

Os efeitos pelo descumprimento das condicionalidades do programa o que evidencia que o monitoramento contribui para diminuição das fraudes, podemos observar esses efeitos na tabela 8.

**Tabela 8:** Efeitos por descumprimento de condicionalidades.

<b>Efeitos por descumprimento de condicionalidades</b>		
<b>Total de Efeitos por descumprimento das condicionalidades (PBF saúde e educação) (sem BVJ)</b>	100	11/2015
Total de advertências	95	11/2015
Total de bloqueios	3	11/2015
Total de suspensões	-	-
Total de cancelamentos	0	11/2015
<b>Total de Efeitos por descumprimento de condicionalidades (BVJ)(16 e 17 anos)</b>	9	11/2015
Total de advertências	8	11/2015
Total de bloqueios	0	11/2015
Total de suspensões	1	11/2015
Total de cancelamentos	0	11/2015

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016)

Para um melhor entendimento também foi realizada uma entrevista, e por meio desta foram coletados dados e informações a respeito do planejamento municipal e execução deste no município, a partir de processos administrativos e serviços a serem executados pelas secretarias responsáveis. “A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação” (GIL, 2000, p.50). A análise foi efetivada a partir de indicadores socioeconômicos do município de Chapadinha e de documentos relacionadas.

Os serviços da Assistência Social estão divididos por tipos de necessidades, há aqueles voltados para prevenir determinadas situações e aqueles voltados para apoiar pessoas que tivera direitos violados. As pessoas ou famílias podem ir até uma unidade por conta própria ou encaminhadas por recomendação de órgãos ou entidades. Há casos em que as equipes da assistência social vão até elas, nas ações de Busca Ativa.

A política de assistência social oferece um conjunto de serviços para garantir que o cidadão não fique desamparado quando ocorram situações inesperadas, nas quais a sua capacidade de acessar direitos sociais fica comprometida. O Sistema organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social.

A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios

a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros.

Para definir as prioridades e quais programas do governo deveriam ser criados, foram mapeadas as famílias que vivem em condições de pobreza e extrema pobreza, e direcionado incentivos diversos visando resolver suas principais necessidades e principalmente criar condições para que possam melhorar suas vidas através do acesso a serviços públicos de saúde, educação, entre outros aproveitando também os incentivos proporcionados por esses programas sociais de forma a resgatarem a autoestima, assim como produzirem condições necessárias para sua sobrevivência, são vários os programas desenvolvidos, citarei alguns: PROGRAMA FAT - fundo de amparo ao trabalhador como o caso dos trabalhadores que possuem o apoio do FAT, que se trata de uma reserva de recursos provenientes de contribuições do PIS e do PASEP, que é destinada para custear o seguro desemprego, abono salarial e financiamento de programas de desenvolvimento econômico. PROGRAMA DO GOVERNO MINHA CASA MINHA VIDA - proporcionar o acesso à tão sonhada casa própria. Nesse caso, as famílias que possuem renda de até dez salários mínimos podem ter acesso ao financiamento habitacional oferecido pela Caixa Econômica Federal.

De maneira geral, o programa funciona em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos. TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA - A Tarifa Social de Energia Elétrica é um benefício criado pelo Governo Federal. É um desconto no pagamento da conta de energia elétrica para famílias de baixa renda, cujos domicílios consomem até 220 kWh de energia por mês. BRASIL SEM MISÉRIA - O projeto consiste em identificar e inscrever pessoas que não estejam inscritas no Bolsa Família. Além disso, eles incentivam a busca por outras formas de renda e melhores condições de vida. BRASIL ALFABETIZADO - Tem como objetivo de alfabetizar jovens a partir dos quinze anos, de maneira descentralizada e utilizando voluntário por todo o país. Dentre outros programas desenvolvidos para melhorias do bem estar da população de baixa renda do nosso país.

Para melhor entendimento sobre o tema abordado, aplicaram-se questionários com a atual gestora da Secretária de Assistência Social e Coordenadora dos CRAS, visando maior compreensão dos aspectos relevantes, de acordo com o questionário:

Atualmente, o município possui três CRAS, localizados em região periférica, são unidades com capacidade de referencialmente para até 5.000 (cinco mil) pessoas. Cada unidade possui um mapa de abrangência territorial, são desenvolvidas as ações e atividades no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), onde é realizado acompanhamento de famílias, palestras, campanhas, encaminhamento a outros programas e benefícios e ao Cadastro Único. São realizadas visitas quinzenalmente aos SFV por técnicos, executados fora do estabelecimento CRAS, as equipes realizam atividades de atendimento em grupo e particularizado com os familiares e responsáveis, nestes CRAS, também é realizado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos entre famílias, onde atendem crianças a partir de 7 anos de idade até idosos com 60 anos ou mais.

Os CRAS possuem uma equipe técnica adicional (além do número previsto pela NOB-RH/SUAS) específica para deslocamento visando o atendimento à população em territórios extensos e áreas isoladas, o deslocamento da equipe volante é realizando utilizando automóvel compartilhado entre o CRAS e outras unidades. O acompanhamento em áreas isoladas é realizado semanalmente, o atendimento é realizado em domicílios, espaços comunitários cedidos, unidades na área de educação e saúde. Os Benefícios Eventuais concedidos nestes CRAS são: Auxílio Funeral, Auxílio Natalidade e Auxílio relacionado a segurança alimentar (cestas básicas, entre outros).

Estes CRAS não realizam cadastramento ou atualização cadastral do CadÚnico, apenas informam e encaminham para assistência social e nem permite a participação dos usuários nas atividades de planejamento.

Os programas de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Gestão de Benefícios Assistenciais como Bolsa Família, BPC (Aposentadoria) e Benefícios Eventuais, estão constituídos como subdivisões administrativas na estrutura do órgão gestor, mas de maneira informal. O órgão gestor da Assistência Social também é responsável pela política de segurança alimentar e nutricional e

gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) no município.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracterizam as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população, o cadastro e atualização desses dados são realizados somente na Secretaria de Assistência Social do Município.

O Conselho Tutelar é vinculado administrativamente ao Órgão Gestor da Assistência Social, realizando o acompanhamento de crianças e adolescentes que foram ameaçados ou que tiveram seus direitos violados. Segundo a gestora, atualmente o município não recebe recursos estaduais para o financiamento da Assistência Social, fundo-a-fundo nem por convenio.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se a partir do estudo que o Programa Bolsa Família colabora substancialmente na melhoria da distribuição de renda assim como na redução dos índices de pobreza, promovendo o desenvolvimento social.

Nesse sentido, deve-se levar em consideração a necessidade de novas implementações nos programas sociais, com vistas a realização das devidas adequações que podem tornar os programas mais eficazes.

Somente o PBF não resolve todos os problemas nos quais se encontram uma boa parte das famílias mais necessitadas, faz se necessário que outras Políticas Públicas sejam implicitadas para auxiliarem as famílias que necessitam de ações governamentais para saírem do estado de pobreza, é necessário que o município também faça sua parte, criando projetos e ações que melhorem a educação e outros fatores que são essenciais na vida de qualquer cidadão.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, F.R; ARAÚJO, M.A. D; SOUZA, F.J. V; SANTOS, D.F; SATANA, M.B. Uma avaliação do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. **Revista ADM Pública**, Rio de Janeiro, v.49, n.13, p.367- 393 mar/abr.2015.
- CACCIAMALI, M.C; TATEI, F; BATISTA, N.F. Impacto do programa Bolsa Família Federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**. São Paulo, v.14, n.2, p.269-301, maio/agosto. 2010.
- CAMPELLO, T; NERI, M.C. **Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPA, 2013.
- CORRÊIA, J.S. As contribuições do Programa Bolsa Família: Inclusão e Permanência Escolar. Santa Maria, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria-UFSM/RS.
- COHN, Amélia e FONSECA, Ana Maria. O Bolsa Família e a questão social. In. Teoria e Debate nº57, março/abril 2004.
- COSTA. Nelson Nery. **Direito municipal brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- COTTA, R.M. M; GOMES, S.A. P; MAIA, K.A; MARQUES, E.S; SIQUEIRA, R. Pobreza, Injustiça e Desigualdade Social: Repensando a formação de profissionais da Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**. Minas Gerais, v.31, n.3, p.278-286, nov.2007.
- FAHEL, M; CANAAN, M; CABRAL, B; BAHIA, M. O Impacto da Bolsa Família na Inclusão Educacional em Minas Gerais . **SER Social**. Brasília, v.14, n.30, p.98-126, jun.2012.
- GIL, A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisas Social, 6º ed. São Paulo : **Atlas**; 2008.
- HOFLING, E.M. Estado e Políticas (Públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.21, n.55, p.30-40, nov.2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE.Bases e referenciais cartas temáticas 2013 Disponível em : [www.ibge.gov.br/2013](http://www.ibge.gov.br/2013) />.Acesso em 06 de abril.2018.
- KILL, R.M. Educação e Pobreza: **Análise das condicionalidades do Programa Bolsa Família no Centro de Ensino Médio Elefante Branco-DF**. Brasília, 2014. Monografia. Universidade de Brasília-UnB.
- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL .LDB-lei nº 9394/96 de 2010, p.8)

LICIO, C.C; RENNO, L.C; CASTRO, H.C. A Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. **Opinião Pública**. Campinas, v.15, n.1, p.31-54, jun.2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 16. ed. Atualizada por Célia Marisa Prendes e Márcio Schneider Reis. São Paulo: Malheiros, 2008.

MILANEZ C. A. da S. SILVA, C. M. **A importância do Bolsa Família sobre a economia do Município de Antônio Gonçalves – Bahia**. Id on Line Rev. Psic. V.10, N. 30. Supl 3, Julho/2016 - ISSN 1981-1179.

MISSÃO DE CONTROLE INSTITUCIONAL E DOS CONCELHOS NO CONTROLE SOCIAL MDS . Disponível em: <http://www.mds.com.br>. Acesso em: 06/04/2018

MONNERAT, G.L; SENNA, M.C.MSCHOTZ, V; MAGALHÃES, R; BURLANDY. L. Do direito incondicional á condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.16, n.6, p.1453- 1462 RJ. 2007.

MOURA, P.M.G. Bolsa Família: Projeto Social ou Marketing Político? . **Revista Katal**, Florianópolis, v.10, n.1, p. 86-94, jan./jun.2007.

OLIVEIRA, A.M. C; NETO, E.L.G. Tendências da Desigualdade salarial para cortes de mulheres brancos e negros no Brasil. **Estudos Econômicos**, v.36, n.2, p.205-236. set.2006.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DE INFORMAÇÃO SAGI. Disponível em : <http://aplicações.mds.gov.br>. Acesso em : 06/04/2018.

SENN, M.C. M; MONNERAT, G.L; SCHOTTZ, V; MAGALHÃES, R. Programa Bolsa Família: Nova institucionalidades no campo da política social brasileira? .**Revista Katal**, Florianópolis, v.12, n.3, p. 106-115, jan./jun.2007.

SILVA, L.M; JESUS, A.M. Programa Bolsa Família: Uma análise do programa de transferência de renda brasileira. **Field Action Science Reports. Goiania**, v.16, n.3, p.1-7, jan.2012.

SOARES, S; SATYRO, N. O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional e impacto e possibilidades futuras. **Econstor**, Brasília, v.8, n.1, p.77-96, out.2009.

TAVARES, A.P. Efeito do Programa Bolsa Família sobre oferta de trabalho das mães. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.19, n.3, p.613-635, dez.2010.

TAVARES, P. A; PAZELLO, E. T; FERNANDES, R.; CAMELO R. de S.**Uma Avaliação do Programa Bolsa Família: Focalização e Impacto na Distribuição de Renda e Pobreza**. Novembro, 2009.

TESTA M.G; FRONZA, P; PETRINI, M; PRATES, J.C. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. **Revista Pública** Rio de Janeiro, v.47, n.6, p.1520-1541, nov./dez.2013.

VANDEBORGHT, Y; PARIJS, P.V. **Renda Básica de Cidadania: Fundamentos éticos e econômicos**. Rio de Janeiro: Civilização. Brasília, 2006.

WORKSHOP DE ECONOMIA DE SÃO PAULO, 1, 2011, **São Paulo. Políticas de Distribuição de Renda no Brasil e a Bolsa Família**. São Paulo: C-Micro Working Paper, 2011.p.32.